APONTAMENTOS SOBRE HISTÓRIA DAS IDÉIAS: DEFINIÇÃO E RELAÇÕES COM O ENSINO

Isabel Cristina Ferreira TEIXEIRA
Isabelcft@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Ao me filiar a uma linha de pesquisa intitulada história das idéias lingüísticas[1] pensei que, por uma questão de ordem, deveria começar refletindo a respeito de « idéia ». Por essa razão, o primeiro objetivo é definir o que se entende por história das idéias, tendo por base Chartier (2002); depois, o objetivo é estabelecer o modo como ela é introduzida no Brasil; e, por fim, identificar relações possíveis entre história das idéias e ensino, considerando que produzir um saber nessa perspectiva, não é recuperar os fatos pela linguagem, mas o processo pelo qual a história é contada. Auroux (1992) é a base para a fundamentação da idéia sobre a linguagem especificamente; estabelecendo a diferença entre uma filosofia da linguagem inserida na idéia de cientificidade, que entende a língua como uma entidade autônoma dotada de uma realidade própria, da que reflete sobre sua existência histórica e, por isso, tem como objeto os saberes que se constituíram sobre a linguagem tal como ela se realizou na diversidade das línguas.

Chartier tem discutido sobre o léxico da história e sobre o modo como o vocabulário remete a lutas disciplinares. Expressões como « história das mentalidades », « história intelectual », « história das idéias » e « história cultural » são analisadas por ele, porque sobre elas recaem críticas que remontam à tradição da pesquisa em história. Recuperando essa tradição, o autor (2002, p.26) refere Febvre, historiador da primeira geração dos Annales, para quem pensar a história é, em primeiro lugar, reagir à história escrita em sua época que reduz os pensamentos a categorias tradicionais de que se serve a história das idéias, tais

como, Renascença, Humanismo, Reforma. Em segundo lugar, é pensar a relação entre as idéias e a realidade social através de categorias distintas das da influência ou do determinismo.

Chartier (ib., p. 33) argumenta que é com os historiadores dos primeiros Annales que o indivíduo é devolvido à sua época, o que abre caminho para uma história do sistema de crenças, de valores e de representações próprios a uma época ou grupo, designada na historiografia francesa de história das mentalidades. A tarefa dessa história é resgatar essas representações, em sua especificidade, sem recobri-las com categorias anacrônicas, nem medi-las pela aparelhagem mental do século XX, que as concebe como um resultado necessário de um processo contínuo.

História das mentalidades é a expressão preferida nessa época e contra a história das idéias, argumenta-se que «... pende demais para a intelectualidade pura, a vida abstrata da idéia, isolada freqüentemente além da medida dos meios sociais onde ela se enraíza ... » (Dupront *apud* Chartier, 2002, p.42). Daí a proposta de uma história social das idéias, que tenha por objeto seu enraizamento e circulação.

Outra crítica dirigida à história (social) das idéias é a de que os pensamentos coletivos, as idéias, as palavras, as representações sejam objetivados, i.e., considerados como meros objetos que se deve contar a fim de restituir sua distribuição desigual. Isso significa eliminar o sujeito da análise e negar a importância da relação entre os atores sociais e os objetos culturais ou os conteúdos do pensamento.

A distinção entre história das mentalidades e história das idéias feita por Le Goff (apud Chartier, p.34) é importante para a compreensão do campo de uma e de outra. A noção de mentalidade remete ao que se tem de comum com outros homens de seu tempo, surge a partir dos anos 60 na historiografia francesa para qualificar uma história que não estabelece como objeto nem as idéias nem os fundamentos socioeconômicos. A história das mentalidades trata do que é cotidiano e automático, trata do que escapa aos sujeitos individuais da história

---

[1] Este estudo insere-se na pesquisa que tem como objetivo geral produzir um conjunto de fatos que permita

porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento (Le Goff apud Chartier, ib., p.34-35). O objeto histórico fundamental é a mentalidade coletiva que regula as representações e julgamentos dos atores sociais. Por outro lado, para a história intelectual clássica, o objeto fundamental é a idéia, construção consciente da mente.

A idéia como construção consciente é possível pela leitura. Ler significa construir significações que adquirem sentido pela interpretação. Desse conceito de leitura, Chartier define história intelectual, esclarecendo que “sem reduzi-la a uma história social da difusão das idéias, a história intelectual deve então estabelecer como central a relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que, cada vez, o constroem (isto é, decompõem-no para uma recomposição)” (ib., p.55).

O autor identifica como objeto da história intelectual a articulação da dimensão da produção intelectual ou artística na especificidade da história de seu gênero ou de sua disciplina; com a dimensão da relação com outras produções culturais que lhe são contemporâneas e em suas relações com diferentes referentes situados em outros campos da realidade social (ib., p.57). Ou melhor, seu objeto é

> resgatar, sob as práticas visíveis ou os discursos conscientes, a gramática 'oculta' ou 'imersa' (como escreve Veyne) que os justifica. É identificando as divisões e as relações que constituíram o objeto que quer apreender que a história (das idéias, das formações ideológicas, das práticas discursivas – pouco importa a designação) poderá pensá-lo sem reduzi-lo a apenas uma figura circunstanciada de uma categoria supostamente universal (p.58-59).

Tira-se do que foi dito algumas regularidades. Idéia é prática visível, discurso consciente, construção de um saber. Daí a relação com a metalinguagem. Auroux (1992) é fundamental para o entendimento da constituição histórica do sentido da metalinguagem, ao relacionar seu nascimento ao surgimento da escrita e não ao surgimento da lingüística no séc. XIX.

---

uma abordagem histórico-discursiva da análise de discurso.

O autor critica o mito da cientificidade, firmado pelos comparatistas, para os quais « os estudos concernentes à linguagem só teriam adquirido o estatuto científico no início do séc. XIX com os trabalhos de Bopp, isto é, com a gramática histórica (...) » (1992, p.7). Esse mito supõe que a ciência elabora um conhecimento desinteressado do objeto, constrói a representação dos fenômenos lingüísticos e não exerce sobre esses fenômenos nenhum tipo de ação. Essas premissas, além de terem sido compreendidas como a base para o surgimento da metalinguagem, tornaram-se lugar-comum para os lingüistas até recentemente quando as ciências da linguagem passam a ser estudadas por métodos da filosofia e da história das ciências.

Adotando tais métodos, a tese do autor contraria a suposição dos comparatistas e supõe que o nascimento da metalinguagem não tem uma data específica situada no tempo, mas integra um processo continuado de desenvolvimento de saberes sobre a linguagem. Esse processo, que implica trocas constantes entre o saber epilingüístico e o saber metalingüístico, não é causa mas conseqüência do nascimento da escrita. Auroux (ib., p.13) define a natureza do objeto das ciências da linguagem a partir do raciocínio que se segue : « *seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas ; saberes se constituíram a seu respeito ; este é o nosso objeto*[2] ». Não se postula aqui um objeto de natureza estável ; trata-se de um saber constituído que deve ser situado em relação a um campo de fenômenos. O saber metalingüístico é, portanto, um produto histórico que resulta da interação das tradições e do contexto.

O segundo objetivo deste trabalho - identificar o modo como história das idéias é proposta no Brasil – só se realiza se observarmos a trajetória de Orlandi que tem se dedicado à história das idéias lingüísticas e da língua no Brasil, desde 1987, quando propõe no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP o Projeto Discurso, Significação, Brasilidade, desenvolvido no departamento de lingüística do IEL, na UNICAMP. Esse projeto passa a congregar estudos que tratam da identidade nacional. O aspecto lingüístico na constituição da identidade

[2] Grifo do autor

nacional foi "a base de um projeto mais amplo que resultou na exploração articulada da história da língua e do saber produzido sobre ela " (ORLANDI, 2002, p.10). Até essa data, a autora observa que são esparsos os estudos sobre a língua nacional que contemplem aspectos gramaticais, pedagógicos ou descritivos ; mais raros ainda são os históricos que levem em conta o social e o político.

A pesquisa passa a analisar sistematicamente a constituição da língua nacional na relação com a produção das idéias lingüísticas no Brasil, a partir do contato com o Laboratório de História das Teorias Lingüísticas, coordenado por Silvain Auroux, na Universidade de Paris VII, quando Orlandi firma um acordo com o Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Atualmente, o projeto tem como tema específico Ética e Política das Línguas. Esses estudos têm tido um desenvolvimento próprio e evidente em publicações como a do periódico *Línguas e instrumentos lingüísticos*; de coletâneas como *História das idéias lingüísticas*: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional (2001), organizado por Eni P. Orlandi; *Língua e cidadania*: o português no Brasil (1996) e *Institucionalização dos estudos da linguagem*: a disciplinarização das idéias lingüísticas (2002), organizados por Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães; e de livros como *Línguas e conhecimento lingüístico*: para uma história das idéias no Brasil (2002) de Eni P. Orlandi também.

Pensar sobre relações entre história das idéias lingüísticas e ensino é o terceiro objetivo deste estudo. Daí a reflexão sobre a prática de leitura. Ler a idéia lingüística é a tarefa. Tradicionalmente, ou melhor, de acordo com a teoria da comunicaçao ou da estética da recepção, leitura implica codificação e decodificação, produção e recepção, dicotomias que colaboram com o desenvolvimento de uma prática de leitura desenraizada, voltada para a forma, que tem um sentido intrínseco; a leitura, dessa perspectiva, é vista independentemente de sua circulação e de sua apropriação por um sujeito. O objeto dessa leitura é o texto, visto como um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento que remetem às suas próprias condições de produção (Chartier, 2002, p.56). O

problema aqui é que o sujeito transforma sua leitura em categoria universal de interpretação:

> Fazer como se os textos (ou as imagens) tivessem significações dadas por si mesmos, independentemente das leituras que os constroem, leva na verdade, quer se queira ou não, a relacioná-los ao campo intelectual (e sensorial) do historiador que os analisa, portanto, a decifrá-los através de categorias de pensamento cuja historicidade não é percebida e que se dão implicitamente por permanentes (Chartier, 2002, p.52).

Se perceber a historicidade é a questão, vale citar Orlandi (1996, p.55), que explica o texto enquanto materialidade histórica: “não se trata, assim de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos”. Significa, ainda, como propõe Chartier, pensar o consumo cultural ou intelectual como uma produção não de objetos, mas de representações, que nunca são idênticas às do autor ou artista. A significação do autor não é uma verdade única e permanente, mas é uma dentre outras possíveis. A leitura de um texto não é passiva: “ler, olhar ou escutar são, de fato, atitudes intelectuais que, longe de submeter o consumidor à onipotência da mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o modela, autorizam na verdade reapropriação, desvio, desconfiança ou resistência” (2002, p.54). Ler significa então construir sentido pela interpretação.

Orlandi (1993, p.33), chama atenção também para a leitura como um trabalho intelectual, que não pode ser pensado apenas em seu caráter técnico imediato sem negar-lhe a complexidade. E propõe que “quanto mais se restituir ao trabalho intelectual sua complexidade e sua realidade histórico-social, menos 'escolarizada' estará a reflexão e haverá mais possibilidade de que a leitura ganhe um contexto em que não precisará de incentivos para que se 'cotidianize'. Ela responderá, então, a uma necessidade real”.

Do que foi dito, entende-se que estudar a idéia nessa conjuntura significa compreender o modo como os saberes sobre a linguagem são construídos, recuperando o processo pelo qual a história é contada. Isso significa também

negar categorias permanentes de conhecimento que dissociam a idéia de sua tradição e contexto; significa, por fim, compreender que o nascimento e o desenvolvimento da metalinguagem não é uma decisão da ciência, mas um processo, que implica trocas constantes entre o saber instituído e o novo.

Referências Bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas (SP) : UNICAMP, 1992.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia* : a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre : UFRGS, 2002.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. São Paulo : Cortez ; Campinas (SP) : UNICAMP, 1993.

_____. *Interpretação* : autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis : Vozes, 1996.

_____. Ética e política lingüística. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas (SP), n.1, jan./jun. 1998.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico* : para uma história das idéias no Brasil. São Paulo : Cortez, 2002.

_____. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais. In : INDURSKY, Freda ; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso*: uma relação de nunca acabar. São Carlos : Claraluz, 2005.